

RELATÓRIO DE JULGAMENTO DE IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

Trata-se de impugnação ao edital da **Concorrência Eletrônico nº 90002/2025**, cujo objeto é a execução de obra de reforma do centro público de convivência “Maria de Lurdes De Castro De Martin” no centro de Itarana/ES, **IMPETRADA** pelo **CONSELHO REGIONAL DOS TÉCNICOS INDUSTRIAIS DO ESPÍRITO SANTO – CRT-ES**, pessoa jurídica de direito público, autarquia federal, inscrito no CNPJ sob o nº 32.696.567/0001-30, com sede à Av. Nossa Senhora dos Navegantes, nº 675, sala 701, Ed. Palácio do Café, Enseada do Suá, Vitória/ES, CEP 29050-912.

1 - DA ADMISSIBILIDADE

Inicialmente, cumpre registrar e transcrever o contido no **item XIII e seus subitens**, do Edital:

XIII - DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo envio ao e-mail licitacao@itarana.es.gov.br, com cópia para cplitarana@gmail.com.

a) CPF ou RG, em se tratando de pessoa física ou CNPJ, em se tratando de pessoa jurídica, devendo informar o e-mail e o telefone para contato;

b) Procuração (quando for o caso);

c) Atos Constitutivos, em se tratando de pessoa jurídica.

13.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

A sessão de abertura foi marcada para o dia **21/05/2025**, às **09h00min**, conforme publicações do aviso de licitação em **06/05/2025**, constantes nos autos do processo, sendo contado e respeitado os **10 (dez) dias úteis** para a modalidade Concorrência, para serviços comuns, conforme letra "a", inciso II do artigo 55 da Lei 14.133/2021.

A impugnação foi apresentada dia **14/05/2025**, registrado recebimento às **16h06min**, por meio de endereço eletrônico: licitacao@itarana.es.gov.br, ou seja, dentro do prazo estipulado no edital, portanto, **TEMPESTIVA**.

Gostaria de pontuar que o documento apresentado pelo Conselho Regional dos Técnicos Industriais do Espírito Santo – CRT/ES - **Ofício PROJUR nº 058/2025**, está sem data, hora e assinatura digital por parte da Recorrente, o que caracteriza como documento apócrifo.

Em situação semelhante, o Poder Judiciário tem decidido que:

"Apócrifa. Petição de impugnação de documentos desprovida de assinatura dos procuradores da parte, é ato processual inexistente, sem qualquer valor o seu conteúdo. (TRT-6 – RO: 628200200606000 PE 2002.006.06.00.0. Data de Publicação: 11112/2002)."

O fato de a impugnação ser apócrifa, a princípio, impede o seu recebimento e eventual provimento, de forma que a mesma deve ser rejeitada, o que, todavia, não obsta a análise de ofício das circunstâncias tangentes ao edital em baila, com vistas ao melhor atendimento ao interesse público e, em respeito ao inciso XXXIV, letra a, do art. 5º da Constituição da República, que prevê o direito de petição, irei formalizar manifestação acerca do teor da Impugnação.

2 - DAS ALEGAÇÕES DA IMPUGNANTE E PEDIDO

O CONSELHO REGIONAL DOS TÉCNICOS INDUSTRIAIS DO ESPÍRITO SANTO

–CRT-ES alega que o Edital da Concorrência Eletrônica nº 90002/2025 não previu a inclusão nos critérios de capacidade técnica dos profissionais técnicos industriais e pessoas jurídicas registrados no CRT-ES, bem como a inclusão da referida autarquia como órgão de fiscalização profissional e da aceitação do Termo de Responsabilidade Técnica – TRT como instrumento de comprovação da habilitação do profissional técnico industrial.

Dessa feita, requer que a impugnação seja julgada procedente e que o edital seja revisado no tocante à comprovação da capacidade técnico-operacional para inclusão dos técnicos industriais registrados no CRT-ES de forma a ampliar a competitividade do certame.

Assim, solicita a revisão do presente edital para a “inclusão da obrigatoriedade do profissional/pessoa jurídica estar devidamente habilitado/registrado no Conselho Regional dos Técnicos Industriais do Espírito Santo – CRT/ES no Edital bem como no Termo de Referência, como requisito/forma de qualificação técnica, e a inclusão do Conselho Regional dos Técnicos Industriais do Espírito Santo – CRT-ES como órgão de fiscalização profissional assim como o TRT – Termo de Responsabilidade Técnica, conforme o caso e onde couber, de forma a que estes profissionais e as pessoas jurídicas sejam contemplados no texto do certame.”

3 - DA ANÁLISE DA ADMINISTRAÇÃO.

De pronto, é importante destacar que os atos praticados pela Administração em seus procedimentos licitatórios, obrigatoriamente, devem ser pautados pelos princípios da isonomia e da legalidade. Nesse sentir, a realização do certame atende aos princípios licitatórios.

Ademais, o Edital foi previamente cancelado pela Assessoria Jurídica, o que demonstra zelo pelo cumprimento da legislação vigente e princípios que regem os atos da Administração Pública.

Por se tratar de questão de ordem técnica, este Agente de Contratação solicitou manifestação da área competente no âmbito deste Município, junto ao administrativo da **Secretaria Municipal de Assistência Social** (unidade administrativa responsável pela elaboração do Projeto Básico), em conjunto com o setor de

Construção e Conservação – Engenharia Civil (SMTOSU), **a qual assim se pronunciou:**

Pág. 1964
003495/2024



DESPACHO

De: Setor de Construção e Conservação – Engenharia Civil (SMTOSU)

Para: Setor de Licitações

Em resumo, a parte impugnante sustenta que a exigência de registro dos licitantes e responsáveis técnicos exclusivamente no CREA/CAU, como condição de habilitação técnica prevista no Edital ora questionado, estaria limitando a competitividade e infringindo a legislação federal, ao excluir outros profissionais ou pessoas jurídicas devidamente habilitados pelo CRT-ES.

Assim, solicita a revisão do presente edital para a: *"e inclusão da obrigatoriedade do profissional/pessoa jurídica poder estar devidamente habilitado/registrado no Conselho Regional dos Técnicos Industriais do Espírito Santo – CRT/ES no Edital bem como no Termo de Referência, como requisito/forma de qualificação técnica, e a inclusão do Conselho Regional dos Técnicos Industriais do Espírito Santo – CRT-ES como o órgão de fiscalização do profissional técnico industrial assim como o TRT – Termo de Responsabilidade Técnica, conforme o caso e onde couber, para legitimar o exercício da profissão do técnico industrial e não para excluir qualquer outro órgão aqui exigido como forma de habilitação"*.

Entende-se como improcedente a impugnação apresentada, uma vez que o objeto contratual não se relaciona diretamente com as atribuições da profissão de Técnico Industrial na área da Construção Civil, conforme estabelece a Resolução nº 108, de 08 de outubro de 2020 do Conselho Federal dos Técnicos Industriais:

Art. 5º. Para os efeitos e entendimento do disposto no art. 4º, § 1º, do Decreto 90.922, de 6 de fevereiro de 1985 no limite das prerrogativas e atribuições da Técnico em Edificações e do Técnico em Construção Civil para projetar e dirigir obras, observar-se-á a área de 80m² com a estrutura necessária.

Assinado digitalmente. Acesse: <https://www.itarana.es.gov.br> Chave: 6faa5c60-b4d0-4f09-98f3-2029e5f04ddc
DESPACHO SETOR DE ENGENHARIA Nº 000023/2025





Considerando que o objeto previsto neste edital se refere a uma obra de reforma com área total de 509,12 m², faz-se obrigatória a participação de profissional legalmente habilitado, arquiteto ou engenheiro, para a execução dos serviços, em conformidade com as normas vigentes e as atribuições estabelecidas pelos respectivos conselhos de classe.

Dessa forma, não há fundamento na alegação do impugnante, uma vez que está evidente que o objeto do certame excede o campo de atuação dos Técnicos Industriais, conforme estabelecido pela regulamentação do seu respectivo Conselho.

Itarana/ES, 15 de maio de 2025

Assinado por EMYANDE DE OLIVEIRA BOTELHO BALDOTTO 102.100.000-00
MUNICÍPIO DE ITARANA
15/05/2025 08:31:08

Assinado por CARLA DEMONER MALTA
152.000.000-00
MUNICÍPIO DE ITARANA
15/05/2025 10:48:03

Carla Demoner Malta
Arquiteta e Urbanista CAU A232085-1
Responsável Técnico PMI

Assinado por GABRIEL PESENTE PIOROTTI
140.000.000-00
MUNICÍPIO DE ITARANA
15/05/2025 10:49:08

Gabriel Pesente Piorotti
Engenheiro Civil CREA ES-052453/D
Responsável Técnico PMI

João Bosco Dal Col De Martin
Engenheiro Civil CREA ES-043192/D
Responsável Técnico PMI

Assinado digitalmente. Acesse: <https://www.itarana.es.gov.br> Chave: 6faa5c60-b4d0-4f09-98f3-2029e5f04ddc
DESPAÇO SETOR DE ENGENHARIA Nº 000023/2025



ECM DESPACHO SETOR DE ENGENHARIA Nº 000023/2025

Assinaturas 3	Histórico de Assinaturas 3
Data	Responsável
16/05/2025 08:31:08	ENYANDE DE OLIVEIRA BOTELHO BALDOTTO
15/05/2025 10:49:08	GABRIEL PESENTE PIOROTTI
15/05/2025 10:48:03	CARLA DEMONER MALTA

Quanto ao mérito da exigência, tratando-se de matéria de ordem técnica, limito-me a acolher a manifestação da unidade demandante.

4 – DA DECISÃO

Sendo assim, na forma do parágrafo único do art. 164 da Lei 14.133/2021, pelos fundamentos acima expostos, **RESOLVE** o Agente de Contratação **CONHECER** da impugnação, mesmo sem preencher os requisitos de admissibilidade, oferecida pelo **CONSELHO REGIONAL DOS TÉCNICOS INDUSTRIAIS DO ESPÍRITO SANTO – CRT-ES**, pessoa jurídica de direito público, autarquia federal, inscrito no CNPJ sob o nº 32.696.567/0001-30.

No mérito, considerando o não acatamento do Setor de Construção e Conservação – Engenharia Civil (SMTOSU) e pela Secretária Municipal de Assistência Social, dos autos assinados às fls. 1964 e 1965 do Processo nº 003495/2024, julgar **IMPROCEDENTE**, mantendo as especificações, prazos e demais condições estabelecidas no referido Edital e seus Anexos.

É como decido

Itarana/ES, 16 de maio de 2025

MARCELO RIGO MAGNAGO

Agente de Contratação

Portaria nº 070/2025